



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar¹

Neoliberalism and Education: an analysis of the High School Reform and the National Common Core Curriculum in School Geography

Priscila Gonçalves Caetano²

Ricardo Abrate Luigi Junior³

Regina Celia Frigério⁴

Resumo: As diversas reformas pelas quais o Brasil atravessa, sob influência do neoliberalismo, atingem também a educação. O objetivo geral do estudo é analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e da Base Nacional Comum Curricular de 2018 para a Geografia. A metodologia do trabalho consiste em revisão bibliográfica narrativa e pesquisa documental. Como síntese, o “Novo Ensino Médio” reflete o alinhamento ao neoliberalismo, com redução da carga horária das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a reformulação dos livros didáticos e o esvaziamento dos conteúdos de Geografia.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Reforma do Ensino Médio. BNCC. Geografia. Geografia Escolar.

Abstract: The various reforms that Brazil is undergoing, under the influence of neoliberalism, are also affecting education. The general objective of the study is to analyze the implications of the High School Reform (Law No. 13,415/2017) and the 2018 National Common Core Curriculum for Geography. The methodology consists of a narrative bibliographical review and documentary research. In summary, the “New High School” reflects the alignment with neoliberalism, with a reduction in the workload of the Humanities and Applied Social Sciences, the reformulation of textbooks and the emptying of Geography content.

Keywords: Neoliberalism. High School Reform. BNCC. Geography. School Geography.

¹ Este trabalho é uma versão modificada de parte da dissertação de Mestrado *Geografia e neoliberalismo na reformulação do ensino médio: uma investigação nos livros didáticos adotados pelo CIEP 461 Clovis Tavares*, defendida em 2025 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF/Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8840-8044> - E-mail: pgcaetano@id.uff.br.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense - UFF. ORCID: [0000-0002-6634-2471](https://orcid.org/0000-0002-6634-2471) - E-mail: ricardoluigi@id.uff.br.

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense - UFF. ORCID: [0000-0003-2588-9582](https://orcid.org/0000-0003-2588-9582) - E-mail: reginafrigerio@id.uff.br.



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

Introdução

A Medida Provisória nº 746/2016, aprovada pelo governo Michel Temer, instituiu a Reforma do Ensino Médio, sancionada como a Lei do Novo Ensino Médio nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). A reforma dividiu o currículo em: núcleo geral, com disciplinas integradas em áreas do conhecimento, e núcleo diversificado, composto pelos itinerários formativos, de caráter flexível. Houve diversas alterações, como na questão da obrigatoriedade das disciplinas, que fez com que a Geografia e outras áreas deixassem de ser exigidas em todas as três séries.

Em 2018, logo no ano seguinte à aprovação da Lei do Ensino Médio, ocorreu a homologação da correspondente Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018). O documento aponta que o ensino médio outrora vigente contava com um excessivo número de componentes curriculares e com práticas pedagógicas afastadas das culturas dos jovens e do mundo do trabalho (Brasil, 2018).

Todavia, é possível analisar a temática educacional em uma escala conceitual mais ampla, considerando os conflitos de interesse existentes. A Reforma do Ensino Médio reflete a continuidade das políticas neoliberais dos anos 1990, voltadas principalmente aos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Nesse contexto, reformas previdenciárias, ajustes fiscais e flexibilização das leis trabalhistas resultaram em prejuízos para áreas essenciais, como saúde e educação. Assim, o Novo Ensino Médio insere-se no movimento de adaptação dos países às exigências do capitalismo mundial.

Considerando que a implementação do Novo Ensino Médio ocorreu apenas em 2022, devido à pandemia de COVID-19, este estudo adota como marco a reforma aprovada no governo Temer (Lei nº 13.415/2017), com recorte entre 2022 e 2024, que contempla o ciclo completo de sua implementação. Dado que a Base Nacional Comum Curricular foi concebida para institucionalizar as diretrizes da reforma, a questão-problema é: como o Novo Ensino Médio impacta a Geografia Escolar?

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a Reforma do Ensino Médio e da BNCC para a Geografia Escolar. Seus objetivos específicos são: i) compreender as



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

influências do neoliberalismo nas reformas educacionais e ii) discutir o Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), a BNCC (Brasil, 2018) e algumas de suas consequências para a Geografia Escolar. Para atingir esses objetivos, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica narrativa e a pesquisa documental em reportagens de jornais, revistas eletrônicas, livros didáticos e outros, tendo como objetos de análise a Reforma do Ensino Médio de 2017 e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio de 2018.

A justificativa deste trabalho está na escassez da literatura acadêmica sobre as implicações do Novo Ensino Médio na Geografia. Defende-se que a retirada da obrigatoriedade da disciplina compromete sua valorização e, conseqüentemente, enfraquece a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), impactando a formação crítica dos alunos e o trabalho dos docentes. O estudo contribui para a análise das mudanças curriculares que interessam não apenas à Geografia, mas também às demais disciplinas da área, como História, Filosofia e Sociologia.

O artigo está dividido em dois tópicos: o primeiro, aborda o neoliberalismo e a educação, construindo um referencial teórico para compreender as transformações no Novo Ensino Médio brasileiro; o segundo, discute a reformulação do ensino médio e a nova BNCC, analisando as mudanças curriculares para a Geografia Escolar.

O Neoliberalismo e a Educação

O neoliberalismo consiste em uma doutrina político-econômica que representa a fase atual do capitalismo e que influencia não somente a economia, mas também as práticas cotidianas dos indivíduos, que passam a se orientar pela lógica do mercado. A mercadorização de toda forma de relacionamento humano passa a ser pautada por uma racionalidade que tem na competição um dos seus maiores princípios (Dardot & Laval, 2016). O neoliberalismo não busca o desaparecimento do Estado, mas a relativização de seu papel (Harvey, 2008; Chauí, 2020; Dardot & Laval, 2016), propondo, então, um Estado facilitador de seus interesses.

No período pós-guerra, os Estados Unidos direcionaram seus esforços para a criação de uma nova ordem mundial que, dentre outros efeitos, promoveria a



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

internacionalização das relações comerciais. Como consequência, houve cada vez mais a diminuição da participação estatal na economia e a financeirização de todas as instâncias da vida social (Harvey, 2008).

O neoliberalismo se institui como uma nova racionalidade do capitalismo contemporâneo, constituído por um conjunto de práticas e discursos que têm como regra geral a concorrência e a competição (Dardot & Laval, 2016). Mais do que uma ideologia ou política econômica, influencia tanto as ações dos governantes quanto os comportamentos dos governados, com os indivíduos agindo como se fossem uma empresa de si mesmos, tratando suas vidas como um negócio (Dardot & Laval, 2016). Objetiva-se, assim, a eficiência do indivíduo por meio de melhorias contínuas na formação da mão-de-obra (Brown, 2019), a fim de produzir, dentre outras características desejáveis, um sujeito competente, autônomo e resiliente para o mercado (Dardot & Laval, 2016), sendo este sujeito o real responsável por seu próprio sucesso ou fracasso.

A orientação teórico-política dita neoliberal foi difundida por meio do denominado “Consenso de Washington”, expressão empregada em referência a um seminário internacional ocorrido em Washington, em 1989, liderado pela secretaria de tesouro americano, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), estabelecendo medidas que foram aplicadas como receituário em diversos países do mundo, especialmente na América Latina como estratégia para a contenção do endividamento externo e da hiperinflação (Saviani, 2020).

Essa racionalidade neoliberal se manifesta em várias instâncias da vida humana, sendo a educação uma dessas dimensões. O neoliberalismo viabiliza suas medidas antidemocráticas via enfraquecimento da concepção da educação enquanto um direito social, em uma verdadeira “ofensiva neoliberal contra a escola pública” (Gentili, 1995, p. 229). A denominada “decadência da escola pública” é atribuída à inaptidão da administração estatal (Saviani, 2020, p. 12).

A “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990 (Frigotto & Ciavatta, 2003), foi um marco no processo de influência



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

neoliberal sobre a educação. Desde então, intensificou-se a implementação, ao redor do mundo, de reformas educacionais orientadas por princípios empresariais, com foco na eficácia, visando maximizar resultados escolares com o mínimo de investimento público. Pautaram-se na padronização curricular, em avaliações uniformizadas e em um sistema de responsabilização que premia ou penaliza escolas e docentes (Barboza & Delphim, 2023).

Sob a lógica neoliberal, o sistema de ensino não visa mais ensinar conteúdos, mas levar o aluno a “aprender a aprender”, tal qual uma empresa, a fim de desenvolver competências e habilidades (Laval, 2019), entre as quais se destacam: “criatividade, iniciativa, resolução de problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, exercício de responsabilidade e aptidão a aprender a se reciclar” (Laval, 2019, p. 81).

É possível encontrar algumas correspondências entre as concepções expostas sobre o neoliberalismo e o texto da nova Base Nacional Comum Curricular, no qual se enfatiza a formação de um sujeito “produtivo”, “resiliente”, “flexível”, “responsável” e com “competência para aprender a aprender” (Brasil, 2018, p. 14).

A aprovação do Novo Ensino Médio no Brasil e da Base Nacional Comum Curricular reflete também esse contexto, trazendo implicações para a Geografia Escolar.

O Novo Ensino Médio no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular

O Novo Ensino Médio reformulou estruturalmente a etapa final da educação básica no Brasil. Sua implementação decorreu de iniciativas de setores empresariais, que assumiram um papel central na formulação de políticas educacionais, direcionando a formação às demandas do mercado de trabalho. Assim, há que se considerar o estreitamento das relações entre educação e empresariado no Brasil nos últimos anos, coincidindo com o período de aplicação das medidas de ajuste neoliberal nos países subdesenvolvidos (Vitorino, Neves & Silva, 2022).

Enquanto as organizações internacionais participavam no estímulo a essa reforma, ocorria também o aumento da influência de grupos empresariais nos procedimentos de tomadas de decisões. A partir de 2005, grupos empresariais



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

consolidaram sua influência na educação brasileira por meio do movimento Todos Pela Educação (TPE), tornando-se agentes centrais na formulação de políticas educacionais, associando a baixa qualidade do ensino público a impactos na produtividade econômica (Vitorino, Neves & Silva, 2022).

Em 2006, o TPE lançou o seu programa publicamente, em um anúncio que contou com setores empresariais e representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), evidenciando, de acordo com Espírito Santo Filho *Et. Al* (2019), a colaboração entre esferas privadas e públicas na definição de diretrizes educacionais. Esse alinhamento resultou no projeto Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, materializando a presença do setor empresarial nas políticas públicas (Espírito Santo Filho *Et. Al*, 2019).

Em 2008, os documentos “A Crise de Audiência no Ensino Médio” e “Educação em Debate”, elaborados pelo Instituto Unibanco e pelo TPE, defenderam a renovação do ensino médio, destacando o excesso de disciplinas e a baixa atratividade dessa etapa para os estudantes (Espírito Santo Filho *Et. Al*, 2019). A proposta seguiu princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como flexibilização curricular, diversificação dos itinerários formativos e integração entre formação geral e técnica (Espírito Santo Filho *Et. Al*, 2019). Esse movimento refletiu no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014 a 2024, prevendo currículos flexíveis e interdisciplinares (Brasil, 2014).

Três anos após a aprovação do referido PNE, o Novo Ensino Médio foi instituído, em 2017, durante o governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória nº 746/2016, com tramitação acelerada e questionamentos sobre sua constitucionalidade (Cavallini & Richter, 2024). A reforma priorizou as diretrizes empresariais, desconsiderando as contribuições de educadores, sindicatos e universidades públicas (Espírito Santo Filho *Et. Al*, 2019). Embora aprovado em 2017, o Novo Ensino Médio foi implementado por etapas, iniciando-se no ano de 2022.



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

A LDB (Brasil, 1996) foi modificada para se adequar ao Novo Ensino Médio, com destaque para a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e matemática nas três séries do ensino médio (Art. 35-A, § 3º); limitação da carga horária das disciplinas do núcleo comum para 1.800 horas (Art. 35-A, § 5º); currículo composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos (Art. 36, incisos I a V) e a autorização para a atuação de profissionais com "notório saber" (Art. 61, inciso IV).

Ao verificar as alterações, observa-se que a legislação em análise reduziu a carga horária da formação básica para 1.800 horas, diminuindo o tempo dedicado às disciplinas do núcleo comum (como Geografia, História, Ciências) que, anteriormente, era de 2.400 horas, a fim de abrir espaço para as novas disciplinas dos itinerários formativos. Estes, contêm uma suposta gama de disciplinas a serem ofertadas por cada estabelecimento escolar (Palhares, 2023). Vale ressaltar que, com a aprovação da Política Nacional do Ensino Médio, em 2024, a carga horária do núcleo comum foi de até 2.400 horas, sem excluir os itinerários formativos (Brasil, 2024).

Ainda na legislação enfocada, o expediente de contratação flexível de professores para atender exclusivamente núcleo dos itinerários, com base no (vago) critério do reconhecimento de seu notório saber, tem sido alvo de críticas que, em geral, questionam os efeitos dessa prática na precarização da carreira docente no país, tendo em vista que o professor da educação profissional deve também dispor de habilidade didática (Kuenzer, 2017).

A Lei, segundo Ferretti (2018), parece conter uma concepção restrita de currículo, que o reduz como equivalente à matriz curricular. Como consequência, disciplinas como Geografia e outras perderam a obrigatoriedade na Lei de 2017, refletindo imediatamente na redução da carga horária. A priorização de Língua Portuguesa e Matemática atende a programas internacionais de avaliação (Vitorino, Neves & Silva, 2022), desconsiderando as reais necessidades de formação geral dos alunos. Por outro lado, ainda nesse cenário de flexibilização curricular, os docentes das disciplinas que sofreram corte, via de regra, passaram a assumir novas disciplinas, em desprestígio à sua formação inicial (Vitorino, Neves & Silva, 2022).



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

A BNCC orienta os currículos e as propostas pedagógicas da educação básica (Brasil, 2018), todavia, apesar do discurso governamental sobre um processo democrático e participativo na elaboração desse documento, a BNCC foi aprovada de forma aligeirada, sem a devida discussão, com forte influência de empresas privadas, sobretudo de fundações provenientes do setor financeiro (Silva & Neto, 2020).

Os reformadores empresariais da educação brasileira, representados pelo grupo TPE, compreendem instituições privadas, incluindo fundações, institutos e empresas que “constituem os sujeitos ocultos da produção da BNCC” (Barboza & Delphim, 2023, p. 67). Entre os formuladores da BNCC, estão os principais bancos privados do país, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Natura, a Editora Moderna e a Fundação Unibanco. Seus interesses abrangem o grande número de alunos envolvidos (cerca de 45 milhões), o amplo mercado de livros didáticos, os investimentos em ambientes informatizados e a prestação de capacitação e consultorias (Barboza & Delphim, 2023).

Apesar do reconhecimento da proeminência de interesses desses atores “ocultos” e das manifestações contrárias ao documento (Silva & Neto, 2020), em dezembro de 2018, a BNCC do ensino médio foi homologada. A BNCC é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais da educação básica (Brasil, 2018).

No ensino médio, a BNCC aponta um “gargalo na garantia do direito à educação” (Brasil, 2018, p. 461), evidenciado por fatores como desempenho insuficiente dos estudantes, excesso de componentes curriculares e abordagem pedagógica afastada das culturas juvenis e do mercado de trabalho (Brasil, 2018), justificando uma reformulação curricular.

Para tanto, está estruturada em um núcleo comum com quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), estando a Geografia inserida nesta última área de conhecimento e o núcleo diversificado do currículo (itinerários formativos).

A educação básica, na BNCC, tem o foco no desenvolvimento das chamadas “competências gerais”, entendidas como mobilização dos conhecimentos, das



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

habilidades, das atitudes e dos valores (Brasil, 2018). Cada área do conhecimento possui competências e um conjunto de habilidades, assumindo que o foco no desenvolvimento de competências é influenciado por avaliações internacionais como o “Programa Internacional de Avaliação de Estudantes” (PISA), que avalia os conhecimentos em Português e Matemática, que inclusive são as disciplinas obrigatórias no Novo Ensino Médio.

As disciplinas convencionais foram substituídas por abordagens interdisciplinares, com o objetivo de garantir a "flexibilidade" curricular (Morais *Et. Al*, 2018). Neste sentido, algumas habilidades específicas da Geografia se esvaíram dentro do foco das competências gerais. Isso se expressa na BNCC, trazendo implicações para a Geografia Escolar.

A Base Nacional Comum Curricular e algumas implicações para a Geografia Escolar

No documento da BNCC do ensino médio ressalta-se que o arranjo por áreas não elimina as disciplinas, com seus saberes específicos, mas deve possibilitar o fortalecimento das relações entre os conteúdos e o trabalho dos professores (Brasil, 2018).

O documento define que o estudante do ensino médio deve desenvolver habilidades, o que implica na aquisição de competências com vistas ao “protagonismo juvenil” (Brasil, 2018, p. 562), enfatizando ainda a importância de uma abordagem crítica frente às novas tecnologias, que exercem uma influência complexa nas relações sociais, explorando suas potencialidades e limites no mundo contemporâneo (Brasil, 2018).

A Geografia, na BNCC, está no âmbito da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (que integra Filosofia, História, Geografia e Sociologia). Com base no documento da BNCC, destacam-se as quatro categorias da área apresentadas como forma de sua tematização e problematização, entendidas como fundamentais à formação dos estudantes: “Tempo e Espaço”; “Territórios e Fronteiras”; “Indivíduo, Natureza,



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

Sociedade, Cultura e Ética”; e “Política e Trabalho”, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC

As 4 categorias da área de CHSA	Foco
Tempo e Espaço	<ul style="list-style-type: none">• Inter-relação das categorias: difíceis de desassociar, pois permitem a identificação de cada contexto;• Tempo: não-linear, com sentidos e importâncias variadas, indo além do aspecto cronológico;• Espaço: deve abarcar dimensões histórica, cultural e social, além de ocupações, disputas e conflitos;• Dinamismo do espaço: marcado pela historicidade e pelas interações sociais.
Territórios e Fronteiras	<ul style="list-style-type: none">• Definição tradicional de território: área dominada por grupos; base para o desenvolvimento de estados, países e nações; provisão de alimentos, identidade, segurança e abrigo e limites políticos e administrativos;• Novas concepções: surgimento de novas territorialidades nas cidades, que ampliam o conceito de território;• Impacto da globalização: revisão do sentido de fronteiras devido às novas tecnologias e à criação de novas fronteiras nacionais e culturais a partir da mobilização de grupos sociais.
Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	<ul style="list-style-type: none">• Categorias fundamentais das ciências humanas: a constituição das ciências humanas é marcada por categorias analíticas, como a questão fundamental do ser humano, colocada por Sócrates sobre "o que é o ser humano?";• Reflexões dos primeiros pensadores gregos: desenvolvimento de uma visão metafísica sobre o ser humano e suas finalidades existenciais;• O homem como ser político: reconhecimento da inclinação humana para a vida em coletividade, visando a satisfação de necessidades essenciais por meio de interações com a natureza e com os outros;• Inter-relação entre questões individuais, sociais e culturais: no ensino médio, essa concepção possibilita a discussão sobre ética, com foco no respeito, no bem comum e nos direitos humanos.
Política e Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Vida em sociedade: ações individuais e coletivas mediadas pela política e pelo trabalho;• Política: ação do indivíduo na pólis, envolvendo cidadania e convivência coletiva;• Trabalho: compreendido de várias formas, como virtude, meio de produção e fator de alienação;• Mudanças sociais: novas tecnologias impactam setores produtivos, relações de trabalho e geram desigualdades sociais (o acesso não é universal);



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Empreendedorismo e educação financeira: “há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual” (Brasil, 2018, p. 568), aumentando a importância da educação financeira. |
|--|---|

Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base na BNCC (Brasil, 2018, p. 562-568).

O quadro explicita as categorias tematizadoras para a área de CHSA na BNCC. Nesta, “Tempo e Espaço” evidencia fenômenos históricos e sociais, levando em consideração suas interações dinâmicas. “Territórios e Fronteiras” incorpora a noção de território, suas transformações na era da globalização e as novas fronteiras culturais. “Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética” discute a construção humana, a interação coletiva e o papel da ética e dos direitos humanos. “Política e Trabalho” aborda a participação política na vida em sociedade e as transformações no trabalho decorrentes das novas tecnologias, ressaltando o empreendedorismo.

A partir da verificação das concepções que envolvem as quatro categorias estruturantes para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, nota-se haver, nessa área, uma abordagem contextualizada com os discursos e as transformações da contemporaneidade. Todavia, o foco no desenvolvimento de competências e habilidades faz com que haja um prejuízo na formação crítica dos alunos e na compreensão dos fenômenos sociais e naturais (Ferretti, 2018).

Nota-se um esforço para organizar a área de conhecimento por meio de conceitos, de acordo com Sacramento (2021), sendo estes caracterizados como problematizadores, no interior desses componentes curriculares. Entretanto, não há epistemologia clara dos conceitos atribuídos. Mencionar Espaço, Território, Fronteira, Natureza, Trabalho (frequentemente abordados na Geografia) não garante que haverá dialogicidade com o conteúdo, dado que alguns destes estão postos de modo genérico (Sacramento, 2021).

No caso das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Sacramento (2021) ressalta que o documento elege, por exemplo, as categorias “Tempo” e “Espaço” para explicar os fenômenos dessa área. Contudo, problematiza a unificação epistemológica para áreas do conhecimento que têm enfoques e métodos distintos: “a Geografia – o espaço, a História – o tempo, a Sociologia – os problemas sociais e a Filosofia – o conhecimento. Desta



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

forma, como buscar uma epistemologia única para um conjunto de saberes complexos [...]?” (Sacramento, 2021, p. 90).

Assim sendo, na estrutura da BNCC a ênfase do currículo encontra-se nas áreas do conhecimento e não mais nas disciplinas específicas, embora, na história das ciências, a Geografia possua uma epistemologia própria (Sacramento, 2021). Por outro lado, a proposição por trabalhar os conhecimentos integrados em suas áreas, implicaria, portanto, a revisão dos próprios cursos de licenciaturas (Ferretti, 2018), e faz questionar se os professores estariam preparados para atuarem nessa nova forma de abordagem de conteúdos.

Em uma pesquisa acadêmica feita com professores de Geografia, Sousa Neto & Paiva (2023) identificaram os principais obstáculos enfrentados na implementação do Novo Ensino Médio. Os docentes pontuaram uma série de dificuldades estruturais e pedagógicas, entre as quais se destacam: a redução da carga horária, comprometendo o aprofundamento dos conteúdos; a fragmentação do ensino por temáticas amplas, tangenciando os conceitos sem o devido aprofundamento; os desafios na escolha de livros didáticos e a precariedade de infraestrutura escolar para os componentes da base diversificada, relatando ainda a intensificação do trabalho, com múltiplas demandas de planejamento.

Assim, os autores criticam a implementação desse novo modelo educacional, apoiando-se nas percepções dos professores de Geografia, que destacam o comprometimento da formação integral dos estudantes e o desinteresse dos alunos pelas disciplinas eletivas. Os docentes entrevistados perceberam “uma ‘pasteurização’ do ensino de Geografia e das ciências, que, [...] acaba por superficializar o aprendizado e a criticidade dos sujeitos” (Sousa Neto & Paiva, 2023, p. 13).

Visando compreender como foi a percepção dos docentes, alunos e gestores sobre o primeiro ciclo completo, a partir da obrigatoriedade do NEM (anos de 2022, 2023 e 2024), o governo brasileiro solicitou uma pesquisa à Unesco, denominada “Pesquisa Novo Ensino Médio”, que avalia as percepções dos gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil (Unesco, 2024). Participaram 2,4 mil professores,



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

gestores e alunos, com 76% dos docentes, 55% dos estudantes e 66% dos gestores demonstrando que estão insatisfeitos com as mudanças do Novo Ensino Médio. Essas insatisfações vão desde o aumento da carga horária (reclamadas pelos alunos trabalhadores), até a falta de formação dos professores para atuarem na nova realidade a eles imposta (angústia compartilhada entre professores e gestores).

A insatisfação percebida na pesquisa encontrou eco em relatos noticiados pela imprensa. Uma professora de Geografia da rede pública expressou dificuldades em lecionar temas diferentes de sua formação inicial, como "Cultura Digital", que a levou a se preparar por conta própria — evidenciando uma insatisfação profissional. Ela mencionou a falta de estrutura escolar, com laboratório de informática sucateado e acesso precário à internet. Do ponto de vista dos alunos, muitos demonstraram insatisfação por considerarem que frequentavam aulas superficiais e não se identificavam com os itinerários disponíveis a partir do Novo Ensino Médio (CNTE, 2023).

Ainda, de acordo com uma notícia publicada no final de 2024, uma aluna formanda da rede estadual do Rio de Janeiro, sentiu dificuldades na realização do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), visto que, no último ano do Ensino Médio, a estudante não cursou disciplinas como Química, Física, Biologia, Geografia e História, prejudicando sua preparação para disputar uma vaga no ensino superior (Alfano & Farias, 2024). A referida publicação destaca ainda que os problemas relacionados a essa reorganização curricular não se restringiram ao Rio de Janeiro, mas também afetaram outros estados.

A partir da Reforma do Ensino Médio e das diretrizes da BNCC para a Geografia, pode-se apontar a redução da carga horária da disciplina, a configuração de uma visão pautada no desenvolvimento de habilidades e competências, em virtude do enfoque no “saber fazer” (Brasil, 2018, p. 13), e a integração da Geografia a outros componentes, em uma área do conhecimento, apresentando o desafio de preservação da sua identidade própria. A médio e longo prazo, cabe avaliar de que modo as referidas categorias



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

tematizadoras da área incorporaram os saberes da disciplina, os enfraqueceram ou mesmo os esvaziaram.

A base teórica e epistemológica que sustenta o modo de interpretação do mundo (característico da Geografia) encontra-se diluída no conjunto da área do conhecimento. Como consequência, essa proposta contribui para a desvalorização do professor com formação específica e para o processo de desprofissionalização docente, reforçando sua desintelectualização e a figura do docente polivalente, com a disseminação de contratos trabalhistas temporários e da categoria de professores eventuais (Barboza & Delphim, 2023). O professor acaba assumindo temas alheios à sua formação, como a disciplina criada “Projeto de Vida”.

Como a BNCC introduziu mudanças nas diretrizes curriculares, conseqüentemente, os livros didáticos também passaram por reformulação para se adequarem a essas novas diretrizes. Destaca-se que o novo arranjo curricular levou à reestruturação dos livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que fornece obras didáticas às escolas públicas. Por esse motivo, foi publicado o Edital de Convocação nº 03/2019 para a inscrição de novas obras no PNLD 2021 (Brasil, 2021), de acordo com as novas diretrizes da educação básica brasileira. Deve-se atentar para como os livros didáticos incorporaram essas mudanças, considerando a relevância do livro didático na educação básica, pois, conforme Pontuschka *Et. Al* (2007), constitui-se como o principal recurso pedagógico no ensino-aprendizagem, sobretudo das escolas públicas.

A partir de investigações nessas obras, Cavallini & Richter (2024) constataram a redução ou a exclusão de conteúdos de Geografia Física em livros didáticos do PNLD 2021, além da diminuição do uso da cartografia, recurso essencial para a compreensão de fenômenos socioespaciais. Uma explicação para essa omissão é a ênfase nas relações sociais e na interdisciplinaridade entre Geografia, História, Sociologia e Filosofia. Também se verificou uma redução no número de páginas das coleções, de cerca de 2.500, nos PNLD 2015 e 2018, para 960, no PNLD 2021. Estes são alguns apontamentos sobre o esvaziamento dos conteúdos de Geografia no Novo Ensino Médio.

As análises aqui discutidas derivam do trabalho de Caetano (2025), que se baseia



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

em um estudo de caso com emprego da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), aplicada aos livros didáticos adotados pelo CIEP 461 Clovis Tavares, que é uma instituição escolar de ensino médio da rede pública do estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). Foram investigados os conteúdos de Geografia nas coleções “Geografia: leituras e interação” (editora LeYa) e “Multiversos: Ciências Humanas” (editora FTD), utilizados antes e depois da implementação do Novo Ensino Médio.

A partir dessas análises, verificou-se um expressivo esvaziamento da Geografia nos livros didáticos do Novo Ensino Médio analisados, evidenciado pela diminuição das páginas dedicadas à disciplina, pela redução de 78,6% no uso de mapas e pela ausência de temas como Astronomia, Cartografia e Geografia Física (clima, relevo, vegetação e hidrografia), esta última reduzida ao debate ambiental (Caetano, 2025). A abordagem dos conteúdos revelou-se superficial, sem assegurar equilíbrio interdisciplinar, uma vez que predominam conteúdos de História e Sociologia nas obras. Além disso, observou-se a falta de progressão temática e de organização por série, o que dificulta o planejamento docente, ao passo que seções de atividades de aprendizagem estimulam a resolução de problemas voltada ao empreendedorismo.

Considerações Finais

A reestruturação trazida pelo Novo Ensino Médio reflete a influência de diretrizes de organizações internacionais, que privilegiam competências ajustadas às demandas do capitalismo contemporâneo, alinhadas a princípios neoliberais de flexibilização que se expressam desde o Consenso de Washington.

A educação passa a estar a serviço do mercado, em detrimento de uma perspectiva de formação crítica. A ênfase na preparação para o mercado de trabalho, por meio do foco na aquisição de competências e habilidades, promoveu redução da carga horária das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A BNCC apresenta correspondências com o neoliberalismo, ao enfatizar a formação de um indivíduo flexível, produtivo, resiliente e capaz de lidar com incertezas.



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

Na prática, a Reforma do Ensino Médio de 2017 reduziu a carga horária das disciplinas da área de Ciências Humanas, evidenciando seu desprestígio, por não possuírem aplicação imediata no mercado de trabalho.

A BNCC reorganizou a Geografia, no ensino médio, ao integrá-la à área de CHSA, o que diluiu sua base teórica e epistemológica, comprometendo sua identidade disciplinar. Além disso, a redução da carga horária e o foco em competências e habilidades levaram à perda de conteúdos da Geografia. Nos livros didáticos do PNLD 2021, observou-se esvaziamento de conteúdo, especialmente de Geografia Física (clima, relevo, vegetação e hidrografia), diminuição do uso da cartografia e número significativamente menor de páginas dedicadas à disciplina. Professores relataram dificuldades para lidar com disciplinas alheias à sua formação e a falta de infraestrutura, enquanto alunos expressaram desinteresse pelos itinerários formativos e dificuldades em exames como o Enem.

Assim, a articulação com a literatura selecionada revela como a BNCC incorpora uma lógica neoliberal ao priorizar competências como resiliência e produtividade, voltadas para a formação de sujeitos empresários de si, via empreendedorização. A redução da carga horária da disciplina e o foco no “saber fazer” reforçam a transformação da educação em um serviço. Além disso, a adoção de métricas como o IDEB nas avaliações e a bonificação por desempenho evidenciam uma reforma educacional orientada pela lógica da produtividade e dos resultados.

As lacunas deste estudo decorrem de seu escopo e da complexidade do tema, dada sua multidimensionalidade. Pesquisas futuras podem analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio na prática docente em Geografia, na revisão dos cursos de licenciatura, nos currículos dos estabelecimentos de ensino privados, na percepção dos estudantes sobre as mudanças curriculares, nos impactos no Exame Nacional do Ensino Médio, bem como os efeitos educacionais da Política Nacional de Ensino Médio.

Além disso, é fundamental investigar o impacto da BNCC na formação dos professores de Geografia e na aprendizagem dos alunos. Por fim, recomenda-se discutir a viabilidade de resistência pedagógica frente às mudanças impostas, entendida não



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

apenas como oposição direta, mas como uma postura crítica e reflexiva sobre a prática educativa. Nesse sentido, defende-se a valorização da Geografia no Ensino Médio com a garantia da autonomia dos seus conteúdos e de práticas interdisciplinares que assegurem o protagonismo da disciplina no currículo escolar, evitando a fragmentação e esvaziamento dos seus conhecimentos.

As contribuições deste estudo são relevantes para a análise das implicações da Reforma do Ensino Médio e da BNCC para a Geografia Escolar, evidenciando a redução de conteúdo, a reformulação dos livros didáticos a partir de uma abordagem interdisciplinar e a desprofissionalização docente. As reformas, na era neoliberal, podem levar à desvalorização da educação, prejudicando as disciplinas da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, resultando em prejuízos na formação crítica dos alunos.

Referências

Alfano, Bruno; Farias, Walter. Reorganização do currículo escolar com Novo Ensino Médio impacta Enem em sete estados. **O Globo**, 18 nov. 2024. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 28 abr. 2025.

Barboza, Daniely & Delphim, Marcus Vinicius. A Geografia Escolar e os saberes docentes como janelas para olhar a BNCC: mapa das insurgências. *In*: Oliveira, Aldo Gonçalves de; Giordani, Ana Claudia; Tonini, Ivaine Maria; Fonseca, Ludmila Losada da & Campos, Suzana. (Orgs.). **Geografias e educação**: singulares mãos docentes. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 49-86.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 08 mar. 2023.

Brasil. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Edital PNLD 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 06 jun. 2024.

Brasil. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 08 fev. 2022.

Brasil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 08 mar. 2023.

Brasil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece a nova reforma do Ensino Médio, 2017. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 08 fev. 2022.

Brasil. **Lei nº 14.945/2024**. Política Nacional para o Ensino Médio. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 04 out. 2024.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Caetano, Priscila Gonçalves. **Geografia e Neoliberalismo na Reformulação do Ensino Médio**: uma investigação nos livros didáticos adotados pelo CIEP 461 Clovis Tavares. Dissertação (Mestrado em Geografia), Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 2025.

Chauí, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción: Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

CNTE. Professora de Geografia relata dificuldade em dar aula sobre temas diferentes da sua formação. **CNTE**, 2023. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 23 fev. 2025.

Cavallini, Gabriel & Richter, Denis. O currículo e a reforma do Ensino Médio: a Geografia Escolar e o livro didático em foco. **Revista Signos Geográficos**, v. 6, p. 1-21, 2024.

Dardot, Pierre & Laval, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Espírito Santo Filho, Edson; Lopes, Vânia & Iora, Jacob. Os reformadores empresariais da educação e o ensino médio no Brasil: interesses e projetos em disputa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 2, p. 159-170, 2019.

Ferretti, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, n. 32, p. 25-42, 2018.

Frigotto, Gaudêncio & Ciavatta, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**: Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

Gentili, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

Harvey, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

Kuenzer, Acacia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

Laval, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

Morais, Eliana; Sacramento, Ana Claudia; Oliveira, Karla & Moraes, Loçandra. Os documentos curriculares nacionais: A reforma do ensino médio e a disciplina Geografia. *In*: IX Fórum Nacional NEPEG de Formação de professores. Caldas Novas: **Anais do IX Fórum Nacional NEPEG de Formação de professores**, p. 520-530, 2018.

Palhares, Isabela. Escolas estaduais ofertam ao menos 1526 disciplinas no novo ensino médio. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 28 abr. 2025.

Pontuschka, Nídia; Cacete, Núria & Paganelli, Tomoko. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

Sacramento, Ana Claudia. As Ciências Humanas e a disciplina Geografia no contexto das políticas públicas educacionais atuais no Ensino Fundamental e Médio no Brasil. *In*: Gonçalves, Maria Célia da Silva & Jesus, Bruna Guzman de. (Org.). **Educação Contemporânea**. Belo Horizonte: Poisson, v. 22, p. 84-93, 2021.

Saviani, Dermeval. A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 31, n. Esp., p. 03-22, 2020.

Silva, Ileizi Luciana Fiorelli & Neto, Henrique Ferreira. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

Sousa Neto, Francisco Oliveira de & Paiva, João Paulo Matias. Onde está a Geografia no Novo Ensino Médio: um diálogo crítico da implantação do NEM na rede estadual de educação do Ceará. *In*: Encontro Nacional de Ensino e Geografia – AGB. Fortaleza: **Anais do AGB**, 2023.

Unesco. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Pesquisa Novo Ensino Médio**, 2024. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em 16 mai. 2025.



Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar

Priscila Gonçalves Caetano, Ricardo Abrate Luigi Junior & Regina Celia Frigério

Vitorino, Kissila; Neves, Beatriz & Silva, Cristiana. Construção da Reforma do Novo Ensino Médio no cenário educacional brasileiro: fragilidades e incoerências. **Confluências**, Niterói, v. 24, n. 3, p. 52-71, 2022.